



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 02.015.603/0001-92



PARECER JURÍDICO 001/2020-Licitação

AUTOS:	ADITIVO CONTRATO n° 003/2020 – INEXIGIBILIDADE N° 001/2018
ORIGEM:	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ASSUNTO:	LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO, PATRIMÔNIO PÚBLICO, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, COMPRA E LICITAÇÕES, ESOCIAL, RECURSOS HUMANOS, PROTOCOLO WEB E HORAS TÉCNICAS

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação do Presidente da Comissão de Licitação em que pretende realizar aditivo de prazo e valor referente a locação de sistemas para gestão pública compreendendo sistemas de contabilidade pública, compras e licitações, patrimônio, folha de pagamento, transparência, referente a Inexigibilidade n° 001/2018.

O procedimento veio instruído com o requerimento de aditivo realizado pela empresa Contratada, solicitação de aditivo realizado pelo ordenador de despesas e parecer contábil.

O procedimento licitatório foi encaminhado para avaliação jurídica por parte desta Procuradoria Legislativa, levando-se em consideração o disposto no artigo 38, inciso VI e parágrafo único,¹ da Lei n.º 8.666/93.

Foi informado que o referido contrato será prorrogado até 12 de dezembro de 2021.

Verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos

¹ “Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (...) VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade; (...) Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.” (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

-

CNPJ: 02.015.603/0001-92



respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o mesmo se encontra regular, sem qualquer prejuízo a Administração já que os serviços vêm sendo executados regularmente e trata-se de sistemas de informática necessários ao desempenho das atividades administrativas da Câmara, sendo temerário a substituição por outro sistema a cada vencimento do contrato, pois geram problemas principalmente na operacionalização de nosso sistema e na migração de dados e informações, podendo inclusive ficar sem sistema até que ocorra a referida migração e treinamento para operacionalizar o sistema. Ademais o contrato prevê expressamente a possibilidade de prorrogação.

Importante destacar que foram retirados do objeto da licitação módulos que não foram implantados em razão de prorrogação do tempo de implantação pelo TCE/PR, motivo pelo qual o valor ficará menor do pago nos anos anteriores.

Em relação a atualização, seguiu disposição contratual e aplicou o IGP-M.

Em sendo assim, observado o prazo de vigência do aditamento contratual, bem como os documentos reguladores fiscais da empresa, e a justificativa apresentada, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, nos termos do artigo 57, inciso IV e § 2º da Lei 8.666/93.

ANTE O EXPOSTO, este Procurador Legislativo **OPINA** pela **viabilidade**, da realização do aditivo do contrato nº 009/2018 referente a Inexigibilidade nº 001/2018, da empresa **BETHA SISTEMAS**



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

-

CNPJ: 02.015.603/0001-92



LTDA, para locação de sistemas para gestão pública, compreendendo sistemas de contabilidade pública, folha de pagamento, patrimônio público, portal da transparência, compra e licitações, recursos humanos e horas técnicas, ao custo máximo de R\$ 19.937,64 (dezenove mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Ainda como condição de validade dos atos, a Comissão de Licitação ainda deverá, nessa ordem: **(I)** no prazo de 03 (três) dias, comunicar a autoridade superior (Presidente da Câmara Municipal), para ratificação; **(II)** publicar o referido aditivo nos veículos oficiais, no prazo de 05 (cinco) dias; e, **(III)** firmar contrato ou documento equivalente com pessoa jurídica.

É o parecer, submetido à honrosa apreciação de
Vossa Senhoria.

Manfrinópolis, 09 de dezembro de 2020.

**EDUARDO
SAVARRO
EDUARDO SAVARRO**

Procurador Legislativo - Decreto 001/2018
OAB/PR 42.295

Assinado digitalmente por EDUARDO SAVARRO
Data-Criar: 2020.12.09 10:54:41-0200
OU-HashStrutem Tipo A3, OU=0000467715, OU=ADVOGADO,
OU=Procurador, CN=EDUARDO SAVARRO,
E=eduardo@legisnet.com.br
Resultado: Fornecedor jurídico ativo Sistema
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2020.12.09 10:54:41-0200
Email: Procurador_Verapelo_101@